

EmSociedade

RELIGIOSIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA (2022)

RELIGIOSITY AND DEMOCRACY IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF POLITICAL CULTURE (2022)

Maria Victória da Costa Silva[1]
Bruno Mello Souza[2]

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender, pelo prisma dos estudos de cultura política e opinião pública, em que medida a identificação religiosa, especialmente considerando o crescimento da influência evangélica sobre a política brasileira, se relaciona a diferentes perspectivas de crenças, atitudes e valores em relação à democracia no país. Do ponto de vista metodológico, a investigação se fundamentou nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022 (ESEB), assumindo a filiação religiosa, com foco em evangélicos e demais grupos religiosos, como variável central para examinar um conjunto de indicadores atitudinais, e examinando as diferenças no que diz respeito ao apoio e satisfação com a democracia, posturas autoritárias, confiança em instituições políticas, nos meios de comunicação e nos cientistas e avaliação do governo Bolsonaro. Os resultados encontrados indicam que a religião

[1]Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí. Bolsista PIBIC/UESPI. E-mail: mvictoriadacs@aluno.uespi.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2604-5377

[2]Professor da Universidade Estadual do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1611-0581

não é apenas um fator secundário, mas um elemento que pode incidir sobre as orientações políticas: a partir da comparação proposta, encontrou-se, entre os evangélicos, menor satisfação com a democracia, menor confiança nos partidos políticos e nos cientistas, melhor avaliação do governo Bolsonaro, bem como maior aceitação da hipótese de golpe militar. Investigar essa temática justifica-se pela urgência em compreender os contornos específicos do ativismo político evangélico, contrastando-o com outros segmentos religiosos.

Palavras-chave: Brasil; cultura política; democracia; religião.

Abstract

This article aims to understand, through the prism of studies of political culture and public opinion, to what extent the religious choice, especially considering the growth of the evangelical influence on Brazilian politics, relates to different perspectives of beliefs, attitudes and values in relation to democracy in the country. From the methodological point of view, the investigation was based on the data of the Brazilian Electoral Study of 2022 (ESEB), assuming the religious affiliation, focusing on evangelicals and other religious groups, as a central variable to examine a set of attitudinal indicators, and examining the differences in support and satisfaction with democracy, authoritarian positions, trust on political institutions, on the media and on scientists and the evaluation of the Bolsonaro government. The results indicate that religion is not only a secondary factor, but an element that focuses on political orientations: from the proposed comparison, it was found among the evangelicals less satisfaction with democracy, less trust on political parties and on scientists, better evaluation of the Bolsonaro government, as well as greater acceptance of the hypothesis of a military coup. To investigate this theme is justified by the urgency in understanding the specific outlines of evangelical political activism, contrasting it with other religious segments.

Key words: Political culture; religion; democracy; Brazil

INTRODUÇÃO

A religião possui, historicamente, influência significativa na esfera política do Brasil, numa relação que remonta aos primórdios da nossa formação nacional, como bem observa Dermi Azevedo (2004). Contudo, nos últimos anos, a interface entre religião e política ganhou especial protagonismo. O debate presidencial de 2022 evidenciou a força eleitoral dos discursos religiosos, mostrando que as identidades confessionais passaram a operar, em boa medida, como um dos principais eixos de alinhamento e antagonismo político. A fragmentação entre lulistas e bolsonaristas transcendeu as até então tradicionais divisões de classe e se firmou em guerras culturais e em visões de mundo antagônicas, fazendo com que, nas palavras de Nunes e Traumann (2024), a fé e o voto se tornassem indissociáveis.

Essa atmosfera de radicalização demonstrou sua expressão mais truculenta nos ataques de 8 de janeiro de 2023, nos quais ficou explicitado até onde iria a força de um projeto político-teológico que questiona abertamente a autoridade das instituições democráticas, atacando ostensivamente os alicerces do Estado de Direito. Nesse cenário de crise e fragilidade democrática, a presente pesquisa busca responder: como os evangélicos enxergam a democracia e suas instituições no Brasil atual, e de que modo essa visão se diferencia daquela apresentada pelos adeptos das demais religiões? Para confrontar essa questão, recorre-se à ferramenta teórica da cultura política, que parte da premissa de que o regime não se sustenta somente por suas regras formais, mas também pelas crenças, valores e disposições subjetivas da população.

Sob essa perspectiva, o clássico trabalho de Almond e Verba (1965) fornece as bases para se pensar de que modo as orientações políticas disseminadas configuram diferentes ambientes democráticos. Já a ênfase de Putnam (1996), no capital social e na confiança, oferece uma chave para decifrar a (des)crença dos evangélicos no sistema político. Além disso, o paradoxo identificado por José Álvaro Moisés (1995), entre a crença abstrata na democracia e a desilusão concreta com seu funcionamento, serve como um importante ponto de análise para diagnosticar possíveis ambiguidades nesses grupos. Por fim, as contribuições de Baquero (2006) e Castro (2008) permitem contextualizar essas percepções no quadro mais amplo das desigualdades e dos déficits institucionais latino-americanos.

Investigar essa temática justifica-se pela urgência em compreender os contornos específicos do ativismo político evangélico, contrastando-o com outros segmentos religiosos. Mais do que mapear preferências eleitorais, interessa analisar como a filiação confessional molda visões sobre o jogo democrático, a confiança nas instituições e a abertura a soluções autoritárias em momentos de instabilidade. Este exercício comparativo é fundamental para superar generalizações e oferecer um retrato empiricamente fundado sobre um dos fenômenos mais marcantes da política brasileira no século XXI.

Do ponto de vista metodológico, a investigação foi fundamentada nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022 (ESEB), survey pós-eleitoral representativo de caráter acadêmico, conduzido pelo CESOP/Unicamp, inserido no projeto internacional Comparative Study of

Electoral Systems (CSES). A estratégia analítica deste trabalho foi de natureza quantitativa e comparativa, assumindo a filiação religiosa, com foco em evangélicos e demais grupos religiosos, como variável central para examinar um conjunto de indicadores atitudinais. Buscou-se fazer a recodificação dicotômica entre evangélicos e demais grupos (que no desenho original do questionário apresentavam as especificidades das identificações religiosas- ou mesmo da falta de tal identificação- dos entrevistados) considerando a relevância dos grupos pentecostais para examinar os fenômenos políticos contemporâneos no país.

Desse modo, examinar possíveis dissonâncias ou descolamentos deste grupo em relação ao restante dos brasileiros despertou interesse analítico. A partir da comparação entre estes grupos, foram observadas as seguintes dimensões: (1) apoio à democracia; (2) satisfação com a democracia; (3) apoio à ideia de ter um líder forte que resolva os problemas do país, mesmo que de maneira autoritária; (3) níveis de confiança depositada no Congresso, no Judiciário, nos partidos, nos meios de comunicação tradicionais e nos cientistas; (4) avaliação do governo Bolsonaro; e (5) a aceitação de golpe de Estado em situação de instabilidade política.

No que diz respeito a essas cinco variáveis, destaca-se que as categorias foram preservadas em sua configuração original no banco de dados do ESEB. A análise, realizada com ferramentas estatísticas, inicialmente com o teste do qui-quadrado e passando para a verificação descritiva a partir da significância estatística, buscou identificar padrões, associações e divergências significativas entre os respondentes evangélicos comparados aos demais, traçando um perfil de suas posturas perante a democracia. Ademais, cabe registrar que a produção deste artigo contou com apoio do corretor gramatical Language Tool para revisão textual, e com o Perplexity, para estruturação de ideias e análise crítica de passagens do artigo. Todas as informações contidas no artigo passaram pelo crivo da checagem e da reflexão humana.

A exposição dos argumentos segue a seguinte organização: após esta introdução, na seção (2) o texto irá se dedicar à cultura política, com discussão de conceitos fundamentais e abordagens teóricas que iluminarão a compreensão dos fenômenos políticos no contexto

brasileiro que serão discutidos nesta pesquisa, destacando estudos que exploram valores, práticas e discursos que moldam a esfera pública; na seção (3) serão examinados estudos que versam sobre religião e política no Brasil, para uma melhor compreensão deste panorama; já a seção (4) analisará e confrontará os dados do ESEB, explorando as diferenças de percepção entre os grupos investigados; por fim, a seção (5), de considerações finais, sintetizará as descobertas, articulando-as com os desafios que se impõem à consolidação de uma cultura democrática pluralista no país.

1. A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA E SEUS PARADOXOS

A compreensão da relação entre religiosidade e democracia exige, antes de tudo, a apreensão do que se denomina como cultura política. Trata-se de um conceito que se configurará como instrumento teórico crucial para entendermos e avaliarmos como as crenças, percepções e práticas se manifestam no comportamento político e em conexões entre os indivíduos e instituições democráticas. Essa abordagem permite, assim, um exame da democracia não somente a partir de sua estrutura formal, normativa e institucional, mas sobretudo por meio das disposições intrínsecas que conferem legitimidade e sustentação ao regime.

De acordo com a obra *La cultura cívica* de Gabriel Almond e Sidney Verba, "A cultura política de uma nação consiste na particular distribuição das pautas de orientação em relação a objetos políticos entre os membros dessa nação"[3] (Almond; Verba, 1965, p. 31, traduzido pelos autores). Dessa forma, a ideia fortalecida é de que o espaço político é construído por padrões de orientações, atitudes, valores e crenças dos indivíduos, sendo fundamental para a conformação de um sistema político. Tais orientações atuam como um "filtro" através do qual os indivíduos percebem, avaliam e entendem o sistema político.

No contexto democrático brasileiro, é possível notar uma ampla diversidade religiosa, o que torna esse quadro analítico especialmente pertinente dentro desse campo de estudo. A religiosidade tem atuado como elemento fundamental na formação da visão de mundo de

[3] "La cultura política de una nación consiste en la particular distribución de las pautas de orientación hacia objetos políticos entre los miembros de dicha nación" (Almond; Verba, 1965, p. 31).

muitos cidadãos, inserindo-se diretamente nesses padrões de orientação e influenciando a percepção e a interação desses indivíduos com as instituições políticas, na medida em que envolve uma "estrutura de dominação" e uma "disposição ética fundamental, manifestada na regulamentação da vida" (Weber, 2004, p. 386). Essas dinâmicas tornam-se visíveis em tensões concretas no cenário nacional, no qual são identificados segmentos religiosos cuja organização enfatiza hierarquia e uma autoridade centralizada, em que a disciplina institucional e a obediência dos fiéis desempenham papel relevante. Nesse sentido, "o poder centralizador, o carisma dos líderes, o uso da 'máquina' da igreja, a disciplina dos pastores e a obediência de boa parcela dos fiéis constituem importantes ingredientes de seu sucesso político-eleitoral" (Mariano, 1999, p. 91-92), o que tende a favorecer maior deferência e apoio a lideranças políticas que se apresentam sob essa mesma lógica de autoridade.

De maneira análoga, existem os adeptos da fé que enfatizam a justiça social e a assistência aos pobres, que podem ter uma potencial orientação de quem espera que o governo forneça amplos programas de bem-estar social. Esse domínio não é uniforme: diferentes grupos religiosos atribuem sentidos diferentes à ideia de democracia, ora fortalecendo sua legitimidade, ora fragilizando seus limites. Conforme explica Marcello Baquero, a cultura política brasileira é híbrida e caracteriza-se por uma convivência entre valores democráticos formais e práticas informais que reproduzem hierarquias, clientelismos e personalismos (Baquero, 2006). Essa combinação cria um espaço onde a religiosidade desempenha um papel dual, podendo tanto robustecer o tecido democrático, ao promover a participação comunitária, engajamento cívico e redes de solidariedade, quanto reforçar tendências autoritárias ou excludentes, quando associada a lideranças carismáticas e discursos moralizantes, tornando-se uma poderosa ferramenta de poder político.

Ademais, é preciso ponderar o fato de que em uma sociedade com uma grande diversidade religiosa, provavelmente haverá uma "distribuição" muito variada de orientações políticas, constituindo uma cultura política complexa e possivelmente fragmentada. O resultado, é uma "distribuição" extremamente heterogênea e frequentemente antagônica de orientações políticas.

A fragmentação, nesse sentido, pode gerar tensões sobre os sentimentos dos civis e comprometer a confiança nas estruturas políticas, as quais são alicerces essenciais de qualquer democracia que queira ser estável, duradoura e saudável. Para Almond e Verba (1965), essas orientações se manifestam em três dimensões:

> […] 1.º "orientación cognitiva", es decir, conocimientos y creencias acerca del sistema político, de sus roles y de los incumbentes de dichos roles de sus aspectos políticos ("inputs") y administrativos ("outputs"); 2.º "orientación afectiva", o sentimientos acerca del sistema político, sus roles, personal y logros, y 3.º "orientación evaluativa", los juicios y opiniones sobre objetos políticos que involucran típicamente la combinación de criterios de valor con la información y los sentimientos. (Almond; Verba, 1965, p. 34).

Conforme disposto acima, os autores centralizam três componentes básicos da cultura política, enfatizando que a orientação do indivíduo em relação à política é composta por influências diferentes, sendo elas a orientação cognitiva, a afetiva e a avaliativa. Essa tríade conceitual nos ajuda a compreender e analisar como os cidadãos percebem, sentem e avaliam a esfera política, revelando bases culturais e psicológicas que sustentam sua relação com o poder e as instituições.

O que os autores propõem é a possibilidade de perceber que esses comportamentos "políticos" não são simples frutos de escolhas neutras ou meramente racionais, sendo na realidade derivados de padrões subjetivos de orientação, construídos ao longo do tempo, moldados por experiências sociais e históricas. Esses padrões abrangem valores, afetos, crenças e avaliações que se alinham à maneira como os indivíduos percebem e se posicionam diante do Estado, das instituições e dos processos políticos. Robert Putnam (1996), examinando o caso da Itália, detecta a importância da confiança como indutora de uma vida comunitária mais consistente, com potencial para incidir sobre a responsividade das instituições.

No Brasil, os padrões de relação com a política encontram terreno fértil no espaço religioso, que ocupa lugar central na cultura, na identidade e nas práticas sociais. A fé, especialmente nas suas expressões mais organizadas, como o caso das igrejas evangélicas, age como um impulsionador na formação de cosmovisões de mundo, podendo influenciar tanto as percepções sobre autoridade e legitimidade, quanto valores morais e políticos.

Esse movimento se torna singularmente notório no cenário político de 2022, quando a religião passa a assumir um papel de destaque no debate público, expressando-se de maneira muitas vezes enfática com eleitores e orientando discursos sobre temas como moralidade, costumes e autoridade do Estado. À vista das dimensões cognitivas, afetivas e avaliativas da cultura política propostas por Almond e Verba, é possível constatar que a religiosidade passa a mediar a maneira como as pessoas entendem a democracia (dimensão cognitiva), como vivenciam a relação ao regime político (dimensão afetiva) e como julgam a legitimidade das instituições e lideranças (dimensão avaliativa).

Além disso, outro aspecto merece ponderação: Henrique Castro (2008) nos alerta que a cultura política latino-americana não pode ser pensada de forma dissociada de seus contextos históricos e sociais específicos. Ele defende que "[…] a mesma estratégia pode ser utilizada no contexto da América Latina, contanto que não se incorra no erro dos autores fundadores: o de construir um conceito normativo e etnocêntrico" (Castro, 2008, s/p). Desse modo, a importação de conceitos universais – como os de Almond e Verba – requer sua adequação às formas locais de sociabilidade política, a fim de evitar esses vieses.

Assim, ao analisar a religiosidade e a democracia no Brasil, é necessário compreender como valores religiosos se articulam aos padrões de orientação política, moldando percepções de cidadania, autoridade e participação. Dessa forma, evita-se o risco de uma análise inadequada, na medida em que observações etnocêntricas não capturam a complexidade das experiências políticas locais, principalmente em um contexto como o brasileiro, onde a religião exerce um papel central na sociabilidade política.

A literatura tem nos mostrado que a cultura política nacional vem sendo constantemente enviesada por tensões entre o consentimento formal à democracia, a tenacidade de valores autoritários e a baixa confiança nas bases institucionais, fatores esses que têm um grande impacto sobre a legitimidade democrática. Nesse sentido, como observa José Álvaro Moisés, "[…] o paradoxo da legitimidade democrática, no Brasil, consiste, portanto, em que perversões do passado, isto é, vícios políticos herdados do autoritarismo, persistem no presente, ameaçando virtudes novas como a tendência de valorizar e de viver a democracia." (1995, p. 269). Essa noção torna-se fundamental para compreendermos as

tensões contemporâneas entre consentimento formal e práticas antidemocráticas, especialmente em contextos nos quais o discurso religioso é mobilizado como instrumento político.

O paradoxo entre o discurso democrático e a erosão prática de suas instituições exibe-se de forma particularmente visível em situações nas quais o discurso religioso é instrumentalizado para legitimar projetos políticos personalistas e contestar as instituições republicanas**:** esse fenômeno alcançou sua expressão mais emblemática nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando os prédios dos Três Poderes foram invadidos por uma massa de eleitores que não aceitavam o resultado do pleito presidencial do ano anterior. Essa sobreposição entre fé e rejeição aos procedimentos institucionais reflete precisamente o quadro analisado por Moisés: o apoio declarativo à democracia convive, no Brasil contemporâneo, com práticas e narrativas que fragilizam seus fundamentos, revelando a persistência de tradições autoritárias e moralidades políticas excludentes.

2. O PAPEL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Dentre os mais diversificados movimentos sociais em ascensão no Brasil, nas últimas décadas, salienta-se o progresso dos grupos pentecostais e neopentecostais[4], segmento fundamental do grupo dos evangélicos, que ultrapassaram o estigma de grupos minoritários e isolados, saindo de uma devoção individual e privada, passando a ganhar protagonismo na organização e elaboração da agenda política e no espaço institucional. O crescimento das confissões pentecostais que o país tem vivenciado traz consigo uma série de transformações na esfera política. De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de evangélicos cresceu de 21,7% para 26,9% no período de 2010 a 2022. Felipe Nunes (2025, p. 27) afirma que "[...] uma miríade de denominações evangélicas neopontecostais surgiu, dobrou de tamanho nos últimos vinte anos e se expande em ritmo acelerado em todas as regiões".

[4] Estes grupos são predominantes entre os evangélicos do país, que de modo geral incluem também os protestantes tradicionais, e por isso constituem o foco principal deste artigo quando tratamos de evangélicos no Brasil (https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2026/09/fiel-da-balanca-jovens-negros-e-regiao-norte-sao-os-que-mais-se-convertem-a-religiao-evangelica.ghtml).

O que esses dados indicam excede a comum alteração no aspecto religioso da população; o que se exibe nesse panorama é, na realidade, o fortalecimento das igrejas evangélicas em aspecto organizacional. Esse grupo, que antes era menor e mais discreto, transformou-se em um grupo influente, que agora implementa estruturas hierárquicas operando em conjunto, alastrando sua influência social e política. À vista dessa nova reestruturação política, os pentecostais passam a eleger representantes, não só nas câmaras municipais ou assembleias estaduais, mas também dentro do Congresso Nacional. Nesse âmbito, o setor evangélico nacional exibe seu forte poder de mobilização política em números reais: por exemplo, ainda que não conte exclusivamente com representantes evangélicos, possuindo boa parte de sua composição formada por católicos e cristãos de maneira genérica (Pestana; Owsiany, 2026), a existência da Frente Parlamentar Evangélica com 233 membros (quase 40% do total de parlamentares) é um dado eloquente (Radar Congresso, 2025).

Esse fato representa um novo panorama político que contribui para a calcificação de uma cultura conservadora sustentada por uma teologia de poder, que incita discursos morais sobre família, sexualidade e autoridade. Como apontam Guilherme Alberto Rodrigues e Mario Fuks (2015), "[…] os evangélicos ganharam visibilidade durante as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986, quando formaram uma bancada suprapartidária composta por parlamentares ligados a diferentes estirpes do protestantismo praticado no país" (p. 115).

Embora já acontecesse uma articulação política entre essa comunidade, sua atuação institucional antes era marcada por uma maior discrição e segmentação. No entanto, a partir da Constituinte, esse quadro se diversifica e tem uma mudança expressiva: líderes evangélicos passam a se introduzir como um bloco de poder mais estruturado na arena democrática, não mais como um grupo disperso ou desorganizado, mas como uma bancada conectada, com pautas próprias e projetos políticos que, como se observa até os dias de hoje, refletem interesses empresariais e ideológicos.

O crescimento populacional dos evangélicos a partir da década de 1990 não representa somente um indicador demográfico, mas configura, no âmbito organizacional, um significativo capital simbólico e eleitoral. Com o aumento do número de fiéis, expande-se também o

número de igrejas, que operam como verdadeiras redes de influência – seja no plano moral, social ou político –, como reforçam Rodrigues e Fuks:

> […] Organizações que contam com estruturas similares tendem a apresentar grande potencial de difundir estímulos sem se submeter a intermediações ou reinterpretações de outras instâncias, atingindo todo o grupo de forma direta e padronizada. … Assim, espera-se que igrejas cuja estrutura seja verticalizada e pouco porosa à participação de seus membros sejam mais eficientes na difusão de informação política, apresentando maior capacidade de influência social sobre as preferências políticas de seus membros. (Rodrigues & Fuks, 2015, p. 119)

A partir dessa estrutura, seria criada uma rede de comunicação controlada, onde as mensagens passadas nos púlpitos das igrejas não seriam necessariamente reinterpretadas ou questionadas, como havia de se esperar em modelos organizacionais democráticos e horizontais. Essa estrutura também potencializa o papel dos líderes carismáticos comuns em igrejas pentecostais e neopentecostais. Esses indivíduos têm uma maior capacidade de persuadir os fiéis, até porque o respeito que eles detêm não é sustentado somente pela hierarquização existente nas igrejas: esse respeito, admiração e obediência são fortificados pela adesão de setores significativos destes grupos à teologia do domínio que busca "o domínio de todas as esferas da vida social." (Farias Júnior; Braz; Moraes, 2025, p. 23).

Antes de tudo, é necessário saber sobre o que trata essa teologia. A teologia do domínio, assim como várias outras pautas e influências políticas às quais o Brasil adere, segundo Eliseu Pereira (2023), surge nos Estados Unidos, e trata-se de um dogma de origem cristã de movimentos evangélicos pautado no ideal de que os cristãos devem chefiar governos sobre aspectos políticos, sociais e culturais da vida, implementando leis e governanças baseadas em princípios bíblicos. O termo em questão vem de uma interpretação bíblica de Gênesis 1:28: "Deus os abençoou e lhes disse: – Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra."

Ou seja, é a partir dessa interpretação que aqueles que aderem a essa teologia passam a compreender que os evangélicos têm o dever de dominar, de governar e de serem os mandantes do mundo, e é esse o lugar que eles devem ocupar, porque é isso que lhes foi destinado. Reforça-se assim a ideia de que essas posições de poder para restaurar ou governar

a nação conforme os princípios bíblicos configuram uma espécie de “chamado divino”. Nesse panorama, apoiar determinado líder ou partido político é visto não somente como escolha política, mas como parte da atribuição espiritual do fiel. A questão política, nesse contexto, ganha especial evidência: como exemplo, dados da Pesquisa Social Brasileira (PESB), organizada por Alberto Carlos Almeida em 2022-2023 indicam que metade dos entrevistados evangélicos já haviam presenciado a prática de um pastor falar de política nos cultos, contra 38% entre católicos praticantes e 27% entre católicos não praticantes (Almeida; Fialho; Bailey, 2025).

O ano de 2010, em especial, marca uma transição importante nas relações entre religião e política no Brasil. Dados comprovam que, nas eleições daquele ano, a bancada aproximadamente dobrou sua representação, elegendo nada mais nada menos que 63 deputados federais (Rodrigues-Silveira; Cervi, 2019, p. 562), mostrando um claro indicativo de sua consolidação institucional. Esse processo inaugura uma etapa importante acerca da intersecção entre religião e política no espaço institucional, mostrando que a bancada evangélica começa a ser não só expansiva, mas também organizada e com grande capacidade de ação política.

A bancada evangélica – formada por parlamentares que se identificam com o cristianismo e com valores morais conservadores – passou a interferir na formulação da agenda nacional. Entre suas pautas levantadas, ressaltam-se a proteção da “família tradicional”, a forte resistência à legalização do aborto e das drogas e a objeção a pautas de gênero e diversidade sexual. Nesse caso, embora o Estado brasileiro seja legalmente laico, o que esses atores argumentam é que, em uma democracia representativa, grupos religiosos possuem total legitimidade para ocupar e disputar esses espaços institucionais, entendendo sua atuação como expressão da vontade de parte significativa da população e “a presença nos espaços legislativos se configuraria em instrumento de proteção de suas liberdades” (Silva, 2019, p. 134).

Todavia, firmou-se uma crescente tensão entre a defesa constitucional da separação entre Igreja e Estado e a prática política desses grupos, que frequentemente buscam adaptar princípios religiosos em normas jurídicas universais. O que se constata nessa conjuntura é uma

tentativa de suscitar valores doutrinários sobre direitos individuais e coletivos, desconsiderando a pluralidade religiosa, cultural e social do país.

Uma experiência que manifesta essa complexidade são os debates acerca de casos de aborto que ocorrem em decorrência de violências sexuais: enquanto o criminoso pode ser penalizado, de acordo com o Código Penal, com uma pena de 8 a 15 anos, projetos de lei apresentados por membros ligados a bancadas religiosas – como a chamada "PEC do Estuprador" – ampliariam a pena da vítima que optasse pelo aborto após a 22ª semana para 6 a 20 anos. Essa proposta evidencia uma nítida distorção normativa na qual o ato de violência contra o corpo de uma mulher recebe uma penalização menor do que a decisão da própria mulher sobre sua gestação. O debate acerca de projetos como a "PEC do Estuprador" – que dificultaria o acesso ao aborto legal mesmo em casos de violência sexual – aclara como essa agenda moral religiosa interfere em direitos fundamentais, principalmente no direito das mulheres, transferindo a esfera pública para um campo de moralização autoritária.

Em um pleito presidencial recente, o Brasil elege, em 2018, Jair Messias Bolsonaro, com o lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O então candidato conseguiu articular diferentes segmentos da direita brasileira, algo historicamente difícil de consolidar e organizar. Ao interseccionar Deus, a família e a pátria no âmago de sua narrativa, Bolsonaro preencheu uma grande lacuna acerca de uma representação política conservadora que há anos não se via no Brasil. Seu plano de ação, fortemente marcado por temas relacionados a comportamentos e costumes – incluindo pautas já debatidas pela bancada evangélica – alicerçou um discurso conservador, radical e antipetista, apoiado por diversos grupos religiosos e por setores nostálgicos da intervenção militar (Miguel, 2019, p. 180). Pereira (2023) expõe esse amálgama entre religião e política proposto por Bolsonaro como uma manifestação prática da Teologia do Domínio. De acordo com o autor:

> Se o terreno do dominionismo foi preparado pela influência teológico-política dos evangélicos/neopentecostais estadunidenses, no governo Bolsonaro o projeto de poder foi escancarado. E isso se deve em grande parte à convergência ideológica entre Trump e Bolsonaro. De um lado, Trump se retribuiu o apoio da direita cristã comprometendo-se a promover a influência das doutrinas evangélicas na América Latina e a adesão aos objetivos da TD. Por sua vez, Bolsonaro se tornou uma espécie de representante dos interesses políticos e religiosos dos EUA na América Latina (Pereira, 2023, p. 163).

A íntima relação de Bolsonaro com o neopentecostalismo estreitou-se também por meio de uma retórica moralizante e da demonização do outro, como inimigo político. Como explica Edson Lugatti Silva Bissiati (2022), a então campanha de Bolsonaro mobilizou principalmente a ideia de que o comunismo representaria uma forte ameaça às instituições sociais e às igrejas, sendo explicado como uma ideologia "puramente ateísta e cruel, incutindo nos eleitores uma sensação de pânico moral" (p. 10), estratégia política que nutriu o pânico entre os fiéis. A partir desse precedente, o candidato consegue conectar diferentes grupos evangélicos em torno da candidatura, fomentando uma narrativa de guerra cultural que enfatizava sua imagem como salvador e defensor dos valores cristãos.

Diante do exposto, fica evidente o aumento maciço da influência do pentecostalismo na política nacional. E ao observarmos a aliança entre o avanço evangélico e o funcionamento político atual, torna-se ainda mais evidente que o aumento pentecostal não pode ser simplesmente designado como um fenômeno religioso ou eleitoral, mas também pode ser encarado em boa medida como uma estratégia de controle capaz de influenciar paradigmas culturais, morais e institucionais no país. Estas condutas, além de evidenciar a capacidade organizativa desses grupos, também destacam os perigos à democracia em decorrência de uma apropriação teocrática no setor público, que utiliza a fé para validar agendas excludentes e autoritárias.

3. OS EVANGÉLICOS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA: ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DE OPINIÃO PÚBLICA

Nesta seção, passamos a verificar dados referentes a aspectos concernentes aos posicionamentos e percepções dos evangélicos acerca de temas que se relacionam com a política e a democracia brasileira, comparados aos demais respondentes da pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB/2022). Foram realizados cruzamentos, via pacote estatístico PSPP, partindo das seguintes variáveis dependentes: (1) apoio à democracia; (2) satisfação com a democracia; (3) apoio à ideia de ter um líder forte, mesmo que este passe por cima da institucionalidade; (4) confiança no Congresso Nacional; (5) confiança no judiciário; (6)

confiança nos partidos políticos; (7) confiança nos meios de comunicação tradicionais; (8) confiança nos cientistas; (9) avaliação do governo Bolsonaro; (10) aceitação de golpe militar em caso de instabilidade política. Por outro lado, adotou-se como variável independente a religião manifestada pelos entrevistados. Inicialmente compilamos os resultados do teste do Qui-Quadrado, para verificar a existência ou não de associação entre a variável independente e cada variável dependente, conforme disposto na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Teste do qui-quadrado entre religião (evangélicos x outras respostas) e variáveis selecionadas

Variável	x^2	*p*
Apoio à democracia	11,82	p>0,05
Satisfação com a democracia	**18,9**	**p<0,05**
Apoio à ideia de ter um líder forte	1,59	p>0,05
Confiança no Congresso	6,96	p>0,05
Confiança no Judiciário	5,55	p>0,05
Confiança nos partidos	**8,08**	**p<0,05**
Confiança nos meios de comunicação tradicionais	4,92	p>0,05
Confiança nos cientistas	**46,82**	**p<0,05**
Avaliação do governo Bolsonaro	**119,45**	**p<0,05**
Justificativa para golpe de Estado em casos de instabilidade política	**38,59**	**p<0,05**

n= 2001

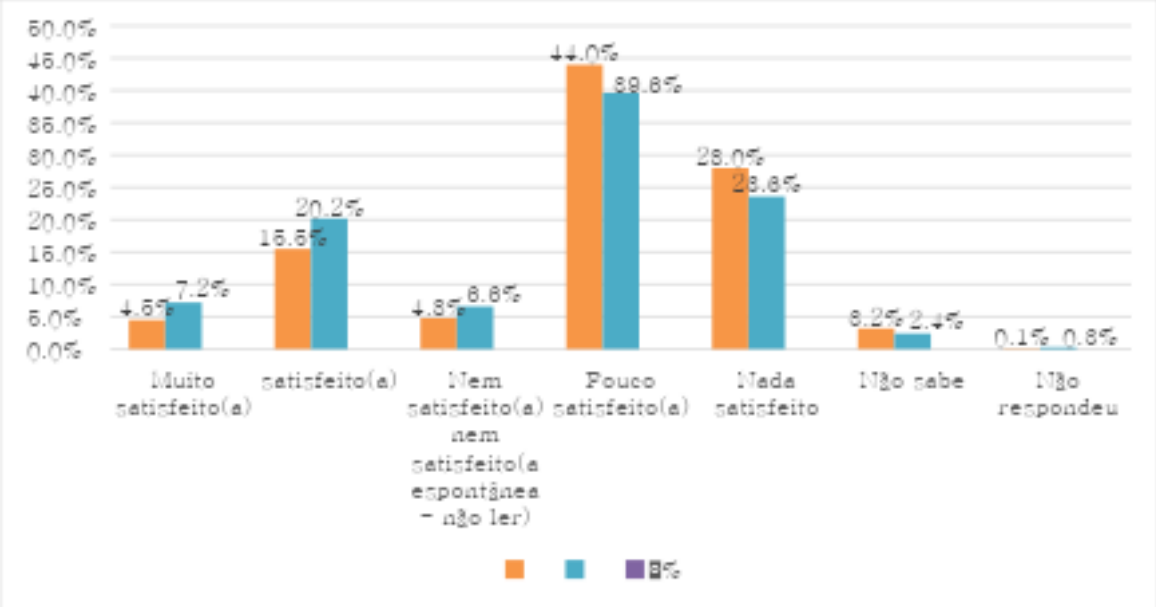
Fonte: elaboração dos autores a partir da base de dados do ESEB (2022).

A partir do exame do teste do qui-quadrado[5] verifica-se que as variáveis que mostraram algum nível de associação estatisticamente significativa com a religião

[5] Para efeitos do teste do Qui-Quadrado, que foi realizado utilizando o software PSPP, a variável de religião foi recodificada em suas categorias para "evangélico" e "outras respostas", para que se pudesse estabelecer o foco nessa possível binariedade no comportamento dos entrevistados. Ainda a respeito deste teste, sempre que o

manifestada pelos entrevistados foram: (1) satisfação com a democracia; (2) confiança nos partidos políticos; (3) confiança nos cientistas; (4) avaliação do governo Bolsonaro; e (5) justificativa para golpe de Estado em casos de instabilidade política. É importante ponderar que o teste não permite estabelecer uma relação de causa e efeito entre as variáveis examinadas. No entanto, contempla o propósito de verificar a existência de relação entre os elementos analisados, ainda que sem apontar a direção de causalidade. Assim, considerando-se os resultados do teste, os gráficos apresentados se destinarão a analisar as diferenças entre evangélicos e não evangélicos a partir das variáveis que se apresentaram relevantes do ponto de vista estatístico.

Gráfico 1: Religião e satisfação com a democracia (%):



n= 1995

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB (2022).

O Gráfico 1 mostra a distribuição da satisfação com a democracia segundo o recorte religioso, comparando evangélicos e adeptos de outras religiões. Em ambos os grupos, predomina a insatisfação, concentrada sobretudo em “pouco satisfeito(a)” e “nada satisfeito”.

valor p for maior que 0,05 (correspondente a uma significância de 5%), interpreta–se a não associação entre as variáveis; quando o valor p for menor, indica–se a existência de associação entre as variáveis. Para mais detalhes acerca desse tipo de teste, ver Barbetta (2002).

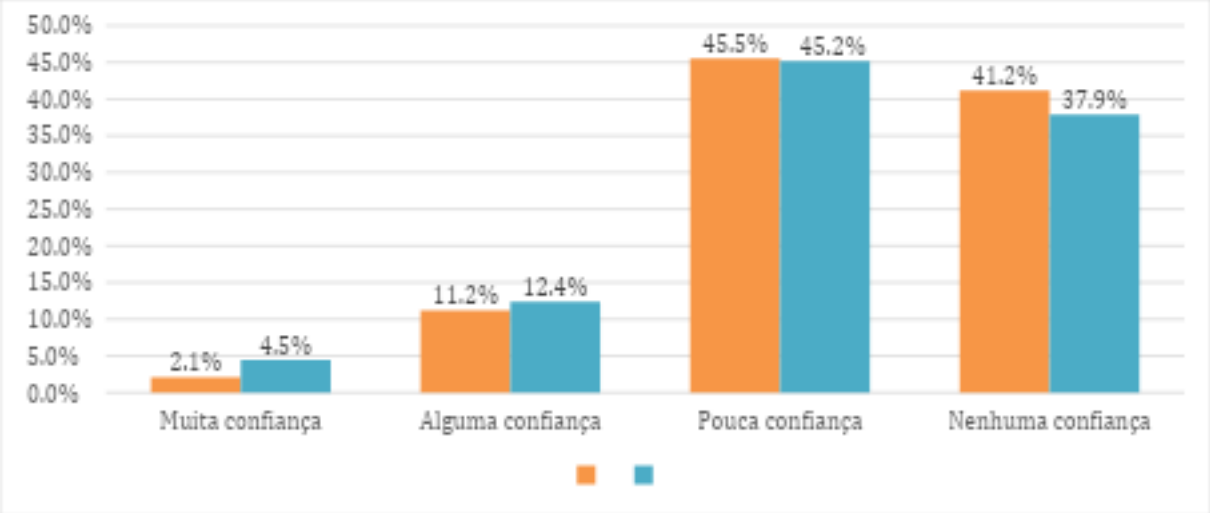
Entre evangélicos, 44% declaram-se “pouco satisfeitos” e 28% “nada satisfeitos”, somando cerca de 72%. Entre os demais, esses percentuais são menores: 39,6% e 23,6%, respectivamente, totalizando aproximadamente 63%. A diferença não é marginal: indica uma intensidade maior de insatisfação entre evangélicos. No polo oposto, “satisfeito(a)” aparece com mais peso entre não evangélicos (20,2%) do que entre evangélicos (15,5%). Também em “muito satisfeito(a)” há vantagem relativa dos não evangélicos (7,2% contra 4,5%).

Esse padrão revela um incômodo compartilhado acerca do desempenho do regime democrático, porém desigual em intensidade. A concentração mais elevada de evangélicos nas categorias negativas sugere uma avaliação mais crítica do funcionamento do regime, enquanto os demais apresentam distribuição ligeiramente mais equilibrada, ainda que também majoritariamente insatisfeita. As categorias intermediárias e residuais (“nem satisfeito nem insatisfeito”, “não sabe”, “não respondeu”) mantêm baixa incidência e não alteram o quadro geral.

À luz da literatura de cultura política, o resultado expressa um nível reduzido de confiança institucional. Como argumenta Baquero (2008, p. 395), a confiança depende do reconhecimento das instituições como expressão de pertencimento coletivo. Quando esse vínculo é fragilizado por desigualdade, baixa responsividade e persistência de práticas tradicionais, tende a prevalecer uma avaliação negativa do regime. O gráfico evidencia esse movimento de forma clara, com predominância consistente da insatisfação.

A religião, nesse sentido, não define posições opostas em relação à democracia, mas modula a intensidade das avaliações, articulando experiências sociais, expectativas normativas e percepções sobre o desempenho institucional.

Gráfico 2: Religião e confiança nos partidos políticos (%)



n= 1975

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB (2022).

O Gráfico 2 explicita um padrão de desconfiança acentuada nos partidos políticos em ambos os grupos, comprometendo o desenvolvimento de um senso que permita uma relação produtiva da sociedade junto às instituições formais da democracia em termos semelhantes aos abordados por Putnam (1996). Em um cenário de desconfiança, tendem a prevalecer, como consequência, sentimentos de apatia e hostilidade dos cidadãos para com a institucionalidade do país.

Além desse cenário geral, existem variações que merecem atenção. Entre evangélicos, 45,5% declaram “pouca confiança” e 41,2% “nenhuma confiança”, somando 86,7%. Entre os demais, os percentuais são muito próximos em “pouca confiança” (45,2%), mas menores em “nenhuma confiança” (37,9%), totalizando 83,1%. A diferença se concentra, portanto, na intensidade da desconfiança: evangélicos migram mais para o polo mais extremo. No sentido oposto, “muita confiança” aparece mais entre não evangélicos (4,5%) do que entre evangélicos (2,1%), enquanto “alguma confiança” também é ligeiramente maior fora do grupo evangélico (12,4% contra 11,2%).

O dado central não é apenas a baixa confiança, mas sua distribuição. A proximidade em “pouca confiança” indica uma percepção amplamente compartilhada de fragilidade partidária. A distância em “nenhuma confiança” revela uma clivagem mais nítida: entre evangélicos, a rejeição é mais dura, menos intermediada.

Esse padrão remete diretamente ao problema da mediação política. Os partidos deixam de ser percebidos como canais eficazes de representação e passam a ocupar uma posição periférica na relação entre sociedade e Estado. Moisés (2005, p. 35) define essas instituições como centrais para a democracia representativa, responsáveis por articular interesses e estruturar a competição. Os dados mostram o inverso: dificuldade em cumprir essa função, ao menos do ponto de vista do conjunto dos cidadãos, o que vai ao encontro de constatações em escala mais ampla acerca dessas instituições ao redor do mundo (Manin, 2013). A elevada concentração em "pouca" e "nenhuma confiança" sugere que os partidos não são reconhecidos como instrumentos capazes de traduzir demandas sociais em ação política.

A leitura de Moisés (2005, p. 91-92) ajuda a qualificar esse cenário. A confiança institucional depende da experiência concreta com regras, normas e procedimentos. Quando partidos são associados a práticas pouco transparentes, baixa responsividade ou incoerência programática, ou percebidos como ineficientes ou indiferentes às demandas sociais, a avaliação tende a se deteriorar. O gráfico expressa esse mecanismo: não há rejeição difusa à política, mas descrédito direcionado a instituições específicas.

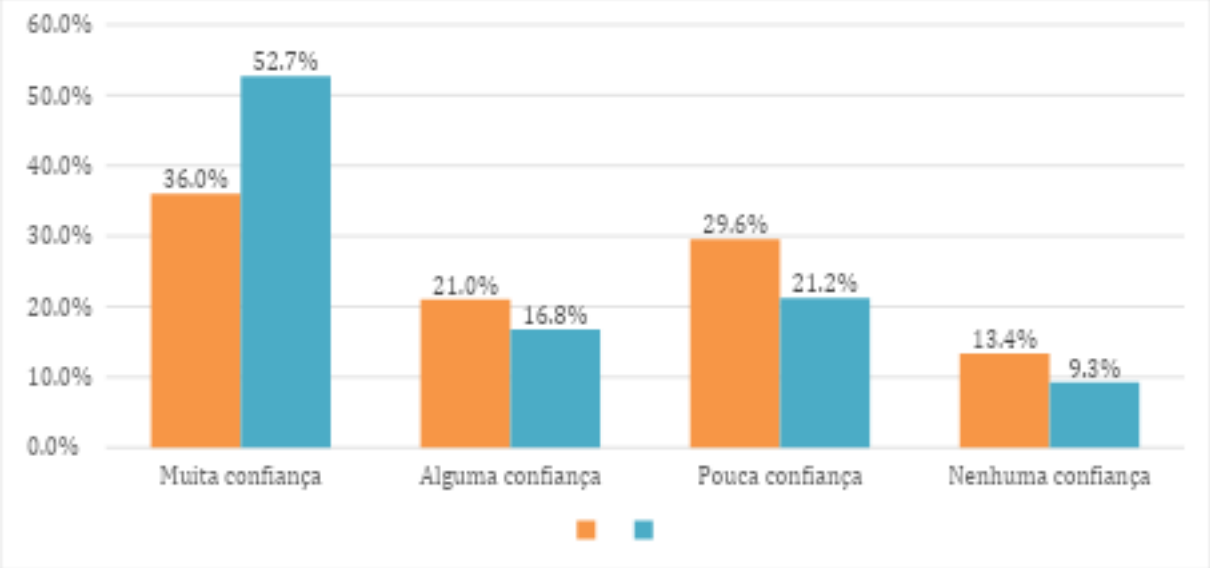
Há evidências empíricas recentes que ajudam a visualizar essa dinâmica. A Operação Lava Jato e seus desdobramentos reforçaram a associação entre partidos e corrupção, afetando a credibilidade das instituições representativas. Como apontam Kerche e Feres Júnior (2018, p. 137), a operação afetou negativamente a imagem dos partidos políticos, já que setores da sociedade passaram a ver a Lava Jato como uma "limpeza" do sistema político, visando expurgar a corrupção, especialmente no Congresso Nacional.

A eleição de 2018 revela, em especial, essa tensão no papel dos partidos políticos no Brasil. Como aponta Jairo Nicolau, "[...] a centralidade do PT no sistema político brasileiro é tão grande que ele gerou um sentimento de rejeição com nome próprio: antipetismo" (2020, s/p.), o que indica a potência dessas instituições mediante os processos eleitorais e a maneira como os partidos ainda estruturam o conflito político nacional. No entanto, a vitória de Jair Bolsonaro ocorreu em condições pouco dependentes das estruturas partidárias tradicionais, já que "ele concorreu por um micropartido [...] e dispôs do menor tempo no horário eleitoral

gratuito que um candidato competitivo já teve" (Nicolau, 2020, s/p). O que esse contraste sugere é que, embora os partidos permaneçam centrais na organização das disputas políticas, sua capacidade de mediação direta na escolha eleitoral pode estar sendo reconfigurada, abrindo espaço para candidaturas mais centradas em lideranças individuais.

Esse quadro não aponta para o desaparecimento dos partidos, mas para uma mudança na forma como são percebidos e utilizados pelos eleitores. Eles seguem presentes na estrutura do sistema político, organizam a competição e dão forma ao conflito, mas já não ocupam, com a mesma força, o lugar de mediação entre sociedade e Estado.

Gráfico 3: Religião e confiança nos cientistas (%)



n= 1948

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB (2022).

O tensionamento entre religião e ciência não é uma novidade no Brasil. Em uma sociedade na qual em considerável parcela da população prepondera uma mentalidade fatalista (Almeida, 2007; 2025), dados levantados por Nunes (2025) a esse respeito são eloquentes: 86% dos brasileiros concordam com a afirmação de que a fé vale mais do que a ciência. Considerando tal cenário, o gráfico 3 evidencia um padrão claro: evangélicos concentram-se mais nas categorias de "pouca" e "nenhuma confiança" nos cientistas, enquanto aparecem menos na categoria de "muita confiança" quando comparados aos demais. A diferença não está na presença ou ausência de confiança na ciência, mas na forma

como ela se distribui. Entre evangélicos, há um deslocamento mais acentuado para os níveis mais baixos, o que indica uma relação mais cautelosa com a autoridade científica. Nos outros grupos, o padrão dominante permanece o de “muita confiança”.

Esse comportamento remete a uma tensão entre formas distintas de autoridade. A autoridade científica se apoia em validação técnica, especialização e consenso entre pares. Já a autoridade religiosa, sobretudo em contextos evangélicos, se organiza em torno da revelação, da interpretação bíblica e da liderança. Quando essas referências passam a incidir sobre os mesmos temas – saúde, corpo, moralidade – surgem disputas sobre as quais delas deve orientar a ação. É nesse ponto que se consolida a percepção de um conflito entre ciência e fé, que coloca indivíduos religiosos diante de um dilema simbólico, no qual apoiar determinados aspectos da ciência pode ser interpretado como abandonar ou relativizar a própria fé (Pereira, 2023, p. 1074). O deslocamento para as categorias de menor confiança expressa exatamente isso: não se trata de recusa total da ciência, mas de uma confiança atravessada por outras referências.

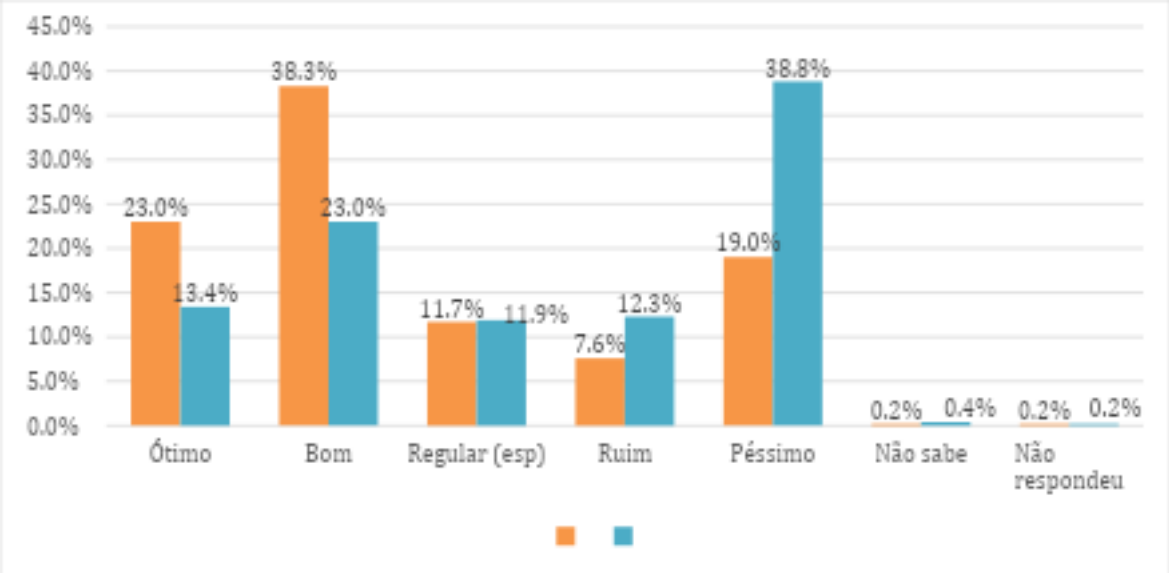
A tensão aparece de forma mais concreta em temas sensíveis. Um exemplo claro foram os debates sobre vacinação durante a pandemia de COVID-19, quando, em alguns contextos, discursos religiosos entraram em confronto com recomendações científicas, tensionando a autoridade técnica da ciência e referenciais morais baseados na fé, com impactos diretos sobre políticas públicas de saúde e sobre a confiança institucional (Guerreiro e Almeida, 2021, p. 50).

Aqui, o conceito de negacionismo religioso, desenvolvido por Clayton Guerreiro e Ronaldo de Almeida (2021), ajuda a entender melhor o fenômeno. Os autores não o tratam apenas como recusa pontual de evidências científicas, mas como uma linguagem política estruturada, mobilizada por lideranças religiosas em articulação com atores governamentais, com o objetivo de deslocar a autoridade epistêmica da ciência para referências morais e simbólicas ancoradas na fé.

O gráfico 3 sintetiza esse quadro. A ciência segue sendo amplamente reconhecida, mas essa legitimidade não se distribui da mesma forma entre os grupos. Entre evangélicos, a desconfiança aparece mais concentrada, indicando uma relação mais tensionada com a

autoridade científica. O que está em jogo, portanto, não é apenas o nível de confiança, mas quem é reconhecido como fonte legítima para definir o que conta como verdade em uma sociedade atravessada, cada vez mais, por disputas entre religião e política.

Gráfico 4: Religião e avaliação do governo Bolsonaro



n= 1995

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB (2022).

A literatura recente da ciência política e da sociologia da religião propõe ferramentas analíticas para decodificarmos a polarização examinada no gráfico, que escancara dissemelhanças sistemáticas entre evangélicos e adeptos de outras religiões frente à avaliação da maneira que estimam a gestão do governo de Jair Bolsonaro. Repara-se então uma maior densidade de avaliações positivas (“Ótimo” e “Bom”) entre evangélicos e maior incidência de avaliações negativas (“Péssimo” e “Ruim”) entre outras religiões, padrão que pode ser

compreendido a partir de dois eixos teóricos complementares articulados em um modelo explicativo.

Primordialmente, coerente com o argumento de Maria das Dores Campos Machado na obra *Religião e Política no Brasil Contemporâneo* (2015), o crescimento pentecostal no Brasil implicou uma reconfiguração ativa da relação dessas comunidades com a esfera pública. O aumento numérico e a percepção da elevada capacidade de mobilização foram utilizados por lideranças religiosas para desconstruir visões negativas da política e incentivar o engajamento partidário e eleitoral (p. 52). Dessa forma, a religião deixa de operar apenas como crença individual e passa a funcionar como instância de coordenação política, ajudando a orientar como o grupo interpreta a política, quais valores e até como tende a votar, transformando a religião em uma força organizada de atuação política, e não em uma prática privada de fé.

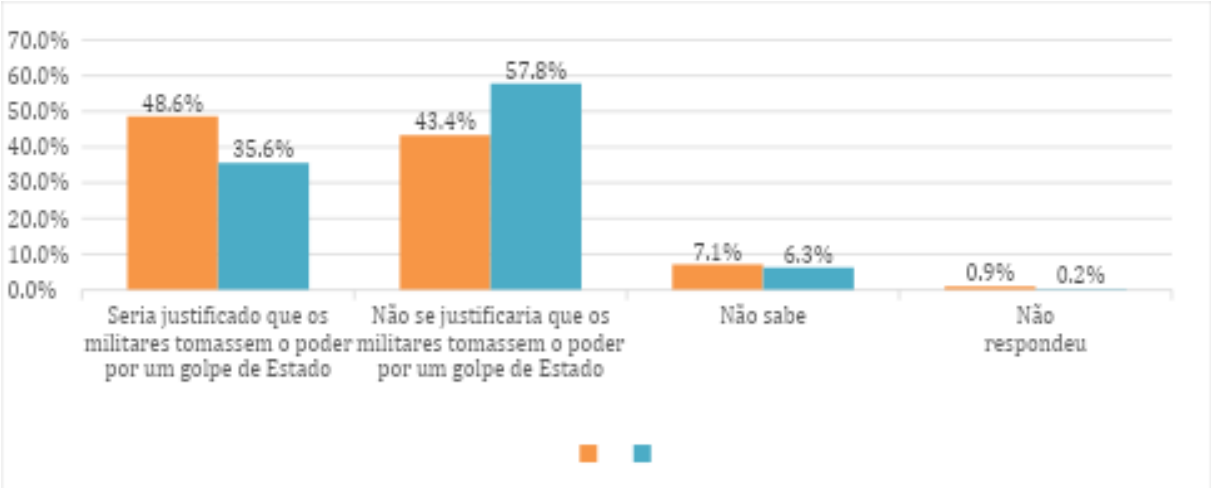
Desse modo, quando um governo é entendido conforme alinhado aos valores morais e identitários internalizados no processo de socialização religiosa, tende a engendrar julgamentos mais benevolentes entre seus membros. O gráfico, portanto, não revela unicamente uma discordância conjuntural de opinião, mas a interação entre identidade coletiva organizada e matrizes diferenciadas de confiança política, que em certas circunstâncias podem vir a estruturar a forma como distintos grupos religiosos interpretam desempenho governamental e legitimidade democrática.

Cabe ainda situar a divisão assistida no gráfico no contexto mais abrangente do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Trata-se de um período que foi marcado por elevada polarização política, tensões institucionais recorrentes e pela gerência do período pandêmico da Covid-19, que derivou em mais de 700 mil óbitos[6] no país. Paralelamente, houve controvérsias envolvendo cortes orçamentários em áreas como ciência, educação e políticas sociais, além de disputas narrativas constantes com a imprensa e instituições de controle (Dias, 2025, p. 36). Fatores como esses podem, nesse contexto, colaborar para indicadores elevados de julgamento negativo do governo na população em geral. Deste modo, o

[6] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19

desacordo trazido pelo gráfico não somente demonstra dissemelhanças de juízo, mas indica a possibilidade da atuação de filtros normativos distintos na interpretação de um governo amplamente contestado em diversos indicadores institucionais e sociais.

Gráfico 5: Religião e justificativa para golpe de Estado em contextos de instabilidade política (%)



n= 1995

Fonte: Elaboração própria com base no ESEB (2022).

O gráfico 5 focaliza com nitidez as diferenças entre pentecostais e os demais adeptos de outras religiões: enquanto os primeiros avaliam como compreensível a conjuntura em que militares tomem o poder por meio de um golpe, entre os demais grupos religiosos, de forma antagônica a essa ideia, há um predomínio maior de rejeição a essa possível ruptura institucional. Entre evangélicos, observa-se maior percentual favorável à justificativa (48% contra 43% dos demais brasileiros), revelando tolerância comparativamente mais elevada a essa solução de exceção. Esse diferencial não pode ser considerado residual; ao contrário disso, caracteriza um padrão consistente que demanda explicação teórica estruturada, especialmente para compreender por que, em determinados contextos históricos e políticos, uma porção eloquente de seus adeptos demonstra maior consentimento a soluções de violação institucional.

Partindo dessa informação, retomam-se os conceitos trabalhados por Marcello Baquero: segundo o autor, a cultura política brasileira apresenta traços históricos de personalismo e baixa confiança institucional, elementos que, em contextos de crise, podem

favorecer a busca por lideranças fortes (Baquero, 2008, p. 393-394). Esse diagnóstico pode ser aprofundado à luz da tipologia da dominação formulada por Max Weber, ao definir a dominação carismática como a

> Autoridade do dom de graça pessoal, extracotidiano (carisma): a entrega pessoal e a confiança pessoal em revelações, heroísmo ou outras qualidades de líder de um indivíduo: dominação 'carismática', tal como a exercem o profeta ou – na área política – o príncipe guerreiro eleito ou o soberano plebiscitário, o grande demagogo e o chefe de um partido político (Weber, 2004, p. 526).

Nessa enunciação, a subordinação não se fundamenta em regras abstratas ou estatutos impessoais, mas na confiança pessoal creditada na figura do líder. É nesse ponto que a categoria weberiana da dominação carismática se torna analiticamente significativa: ao estruturar a autoridade a partir da confiança pessoal no líder – e não da submissão a estatutos abstratos – o carisma move o eixo da legitimidade da legalidade formal para a figura endeusada do chefe. A sujeição, nesse caso, decorre de uma identificação ilusória de qualidades excepcionais e não da adesão racional a regras universais.

Quando essa herança cultural marcada pelo personalismo se depara com uma tradição religiosa que enfatiza a hierarquia espiritual, a obediência pastoral e a centralidade da autoridade carismática, delineia-se uma convergência estrutural relevante. Não se trata de estabelecer uma causalidade teológica direta entre pertença religiosa e apoio a rupturas institucionais, mas de reconhecer a compatibilidade entre padrões religiosos verticalizados e predisposições culturais historicamente sedimentadas. Nesse ponto de intersecção, a valorização da liderança forte pode adquirir maior inteligibilidade social, contribuindo para compreender a maior tolerância a soluções centralizadoras observada entre determinados segmentos religiosos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem histórias que não se iniciam com grandes eventos, mas com pequenas certezas que, de tanto serem repetidas, tornam-se inquestionáveis. Em muitas casas brasileiras, a fé ainda organiza o cotidiano, orienta escolhas e dá sentido à vida social. Entretanto, mesmo quando não percebida, ela pode influenciar a forma como o mundo político é percebido,

julgado e, em última instância, legitimado. Foi a partir dessa constatação – quase intuitiva, mas teoricamente consistente – que fundamentamos este trabalho: compreender de que maneira a religiosidade, particularmente a evangélica, não só convive com a democracia brasileira, mas também pode se articular a diferentes formas de percebê-la, avaliá-la e legitimá-la, em comparação com outros grupos religiosos.

Os dados coletados e posteriormente examinados apontaram que a insatisfação com a democracia é um aspecto consideravelmente partilhado entre os grupos analisados, ainda que distribuído de maneira dissemelhante. Em ambos os casos, prevalece uma avaliação negativa do funcionamento do regime; no entanto, percebe-se que, entre os pentecostais, essa insatisfação se mostra de forma bem mais acentuada, com maior concentração nas categorias “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”. A partir da análise dos testes estatísticos, articulada ao aporte teórico mobilizado, depreende-se que essa diferença indica uma associação significativa entre a filiação religiosa e a percepção do desempenho democrático. Esse padrão se repete quando observadas outras dimensões centrais da análise, evidenciando a consistência dos achados.

Quando se trata da confiança nos partidos políticos, nota-se que também é um aspecto fraco em toda a amostra, mas que assume níveis ainda mais sobressaltados entre evangélicos, que se concentram mais nas categorias de “pouca” e “nenhuma confiança”, podendo indicar um elo mais fragilizado com os mecanismos tradicionais de mediação política. Análogo a isso, a confiança em autoridades científicas também apresenta variações parecidas, pois, embora a ciência mantenha reconhecimento social significativo, os evangélicos tendem a se posicionar com maior frequência nos níveis inferiores de confiança, ao mesmo tempo em que os demais grupos pesquisados aparecem mais nas categorias de alta confiança, evidenciando que a legitimidade das autoridades epistêmicas não se distribui de maneira homogênea.

Esse padrão se amplia ainda sob a avaliação do governo – que, no caso da nossa análise, recai sobre o governo Bolsonaro – e na relação com soluções não democráticas. Os dados mostraram que entre os evangélicos exibe-se uma maior concentração de avaliações positivas do governo Bolsonaro, enquanto entre os demais grupos, predominam avaliações negativas, indicando que o julgamento político é, em parte, mediado por alinhamentos

identitários e valorativos. Além disso, os dados indicam entre evangélicos uma maior tolerância à justificativa de um golpe de Estado em contextos de instabilidade política, em contraste com a rejeição predominante entre outros grupos religiosos. Essa diferença, estatisticamente significativa, sugere uma maior abertura a alternativas não democráticas em determinados segmentos, não necessariamente como rejeição ao regime em si, mas como maior flexibilidade em relação aos seus limites institucionais.

O cenário também pode ser interpretado à luz de diagnósticos contemporâneos sobre a crise da representação política. O constante descrédito em relação às instituições democráticas – como os partidos, o Congresso e o Judiciário – não se restringe a uma repreensão específica ao seu funcionamento, mas pode, em muitas situações, contribuir para a fragilização dos próprios fundamentos da democracia representativa. Quando essas instituições deixam de ser reconhecidas como fontes legítimas de mediação, abre-se caminho para possibilidades que favorecem formas mais diretas e personalistas de representação, frequentemente associadas a lideranças que se apresentam como expressão imediata da vontade popular. Nesse sentido, a maior tolerância a rupturas institucionais, observada especialmente no segmento pentecostal, pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração da relação entre cidadãos e sistema político, no qual a crítica à representação não necessariamente se traduz em seu aprimoramento, mas, em alguns casos, em sua deslegitimação.

Os resultados obtidos em conjunto mostram que a afinidade entre religiosidade e democracia no Brasil atual não se manifesta de forma direta, e sim através de diferenças sistemáticas e sustentadas na forma como o regime é percebido, avaliado e legitimado. Do ponto de vista analítico, o trabalho oferece uma leitura fundamentada das diferenças entre grupos religiosos, evitando generalizações e destacando a complexidade do fenômeno. Isso porque os testes realizados não permitem estabelecer uma relação imediata de causa e efeito, e porque há outros elementos que podem estar relacionados à percepção dos indivíduos sobre a democracia e as instituições, como fontes e padrões de consumo de informação, experiências em relação à implementação de políticas públicas, exclusão, pobreza e desigualdades.

Todavia, emerge um impasse fundamental: como sustentar uma democracia cujos próprios fundamentos – como a confiança nas instituições, a legitimidade das regras e o reconhecimento da mediação política – são constantemente questionados e, em muitos casos, desacreditados? Quando esses preceitos deixam de ser compartilhados, a base de sustentação do regime se fragiliza, abrindo espaço para a relativização de seus limites e, em contextos de crise, para a legitimação de alternativas que escapam ao seu marco institucional.

Nesse sentido, o problema não reside na presença da religião na esfera pública, mas na forma como em certas circunstâncias podem se articular crenças, percepções e confiança institucional. O desafio que se impõe não é excluir, mas fortalecer mecanismos de mediação capazes de sustentar o conflito democrático sem que ele se converta em ruptura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Alberto Carlos; FIALHO, Fabrício; BAILEY, Stanley. A cabeça religiosa do brasileiro. IN: ALMEIDA, Alberto Carlos (Org.). **A cabeça do brasileiro, vinte anos depois:** o que mudou. Rio de Janeiro: Difel, 2025.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 109–120, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/PxyzJ9rN5q4CQGBPxfpbNqG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 set. 2025.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 380-413, 2008.

BAQUERO, Marcello**.** Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social: teoria e prática***.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC. 2002.

BÍBLIA. Nova Versão Internacional. **Gênesis 1:28–31**. Disponível em: https://www.bible.com/pt/bible/129/GEN.1.28–31.NVI. Acesso em: 31 out. 2025.

BISSIATI, Silva Lugatti Edson. Religião e política no Brasil: o populismo religioso de direita em Jair Bolsonaro. **Cadernos Argentina–Brasil**, v. 11, 2022. https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/68096/44402)

BRASIL**.** Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Religiões: resultados preliminares da amostra – Censo e religião: um século e meio (1872–2022). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre a América,** v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.

CONGRESSO EM FOCO. **Radar do Congresso**: Bancada evangélica. Disponível em: https://radar.congressoemfoco.com.br/bancadas/bancada–evangelica. Acesso em: 1 nov. 2025.

DIAS, Vinicius Eduardo Cruz. **Uma análise da gestão do governo federal na pandemia de Covid-19 à luz da teoria da responsabilidade civil do Estado e do conceito de necropolítica.** São Cristóvão, 2025. Monografia (graduação em Direito) – Departamento de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2025.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & sociedade**, v. 41, n. 02, p. 49-74, 2021.

JÚNIOR, Raimundo Sérgio Farias et al**.** A teologia do domínio em igrejas neopentecostais da região metropolitana de Belém. **Reflexus – Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões***,* v. 19, n. 1, p. 13–31, 2025.

KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (Coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP,** n. 97, p. 115-127, 2013.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil:** da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita:** uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Felipe. **Brasil no espelho:** um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo, 2025.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo:** como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2024.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico–política do bolsonarismo. **Revista de História e Política,** v. 10, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331/42102. Acesso em: 30 out. 2025.

PESTANA, Matheus Cavalcanti; OWSIANY, Laryssa. O que os dados sobre a Frente Parlamentar Evangélica nos ensinam sobre Religião e Política. **Religião e Poder**, 17 set. 2026. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/o-que-os-dados-sobre-a-frente-parlamentar-evangelica-nos-ensinam-sobre-religiao-e-politica. Acesso em: 29 out. 2026.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 30, n. 87, p. 113–130, 2015.

RODRIGUES–SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. Evangélicos e voto legislativo: diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review,** v. 54, n. 3, p. 560–573, 2019. DOI: https://doi.org/10.25222/larr.449.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. O processo de representação política construído pelas igrejas pentecostais no Brasil (1985-2016). **Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 69, p. 127-159, 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2004.